



O INGRESSO NA CARREIRA DIPLOMÁTICA ENTRE 1996-2015: Da prova de “alta cultura” à racionalização do Estado em um novo projeto de Brasil

Palavras-Chave: Instituto Rio Branco; Perfil de diplomatas no Brasil; Racionalização do Estado

CAIQUE SANCHES BODINE

Universidade de São Paulo – caiquebodine@usp.br

Prof. Dr. ARTHUR ROBERTO CAPELLA GIANNATTASIO (orientador)

Universidade de São Paulo – arthur@usp.br

INTRODUÇÃO

No Brasil, a condução da política externa cabe ao Ministério de Relações Exteriores — ou Itamaraty, nome do palácio histórico que sediou o organismo —, subordinado diretamente ao Presidente da República. Atualmente, o único método de ingressar nos quadros do Itamaraty e se tornar diplomata é o *Concurso de Admissão à Carreira Diplomática*, organizado pelo Instituto Rio Branco. Desse modo, entende-se que a análise detalhada dessa prova pode se mostrar uma fonte interessante de compreensão da análise da formação da política externa, como demonstrado por outros autores (BRETAS, 2017; CHEIBUB, 1994; MOURA, 2006, 2007; LIMA; OLIVEIRA, 2018).

Entretanto, os estudos produzidos até o presente momento vêm se mostrando muito descritivos, havendo uma lacuna sobre o significado crítico da mudança do estilo de prova realizada neste período. Entende-se que provas não apenas buscam aferir quantitativamente níveis de conhecimento, mas também selecionar e consagrar determinados perfis e setores da sociedade através da legitimação imposta pelos mecanismos avaliativos (BOURDIEU, 2002; FREIRE, 1997, p. 127–129; FREITAS, 2010, 2016). Desse modo, acredita-se que uma análise multidisciplinar entre Relações Internacionais, Sociologia e História pode-se mostrar útil para compreender melhor o tipo de perfil consagrado pelas provas do CACD no período selecionado.

É possível constatar uma mudança significativa no estilo de questão cobrada nas provas entre os governos de Fernando Henrique em comparação com os governos Lula e Dilma Rousseff. Enquanto antes havia uma farta cobrança de “cultura geral” nas provas, após 2003 a prova adquire um caráter muito mais tecnocrático, praticamente extinguindo o modelo de questão anterior. Assim, a presente pesquisa busca analisar o grau dessa mudança no estilo de questão e o significado que tal mudança transmite.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para essa pesquisa, foram tidas como fontes primárias as provas de primeira fase, os guias de estudos e os editais do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco entre os anos de 1996 e 2015. O recorte das provas focou nas questões objetivas por serem (i) aquelas que mais se modificaram em comparação com às dissertativas — como foi possível constatar em uma leitura preliminar de 450 questões dissertativas — e (ii) pertencerem à fase que mais elimina candidatos (MOURA, 2007, p. 58-60). Já o recorte temporal busca analisar o principal período de transição entre os modelos de prova de acordo com os governos vigentes, eliminando-se anos de 1995 e 2016 por serem momentos de transição do período analisado para os demais.

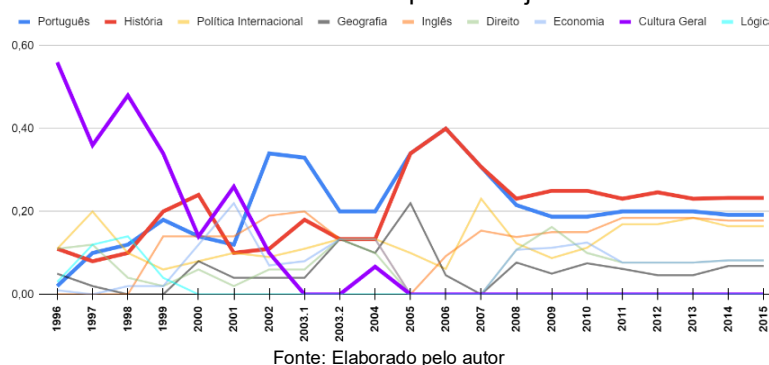
Com isso, ao todo foram analisados ao todo 22 Editais, 19 Guias de Estudo¹, 22 provas de primeira fase — resultado na tabulação e análise de aproximadamente 1500 questões objetivas do concurso. Parte dos documentos levantados encontrava-se disponível no site do Instituto Rio Branco². Contudo, muitos arquivos estavam incompletos, mal escaneados ou ausentes no site oficial. A obtenção destes arquivos se deu através da Lei de Acesso à Informação (Lei Nº 12.527/2011) protocolados através da plataforma E-SIC (atual plataforma Fala.Br). Também se contou com a colaboração da Secretaria de Comunicação e Cultura do Ministério das Relações Exteriores, que forneceu informações via e-mail e telefone e ao quais deixamos nossos agradecimentos pelo auxílio neste estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A QUEDA DA “CULTURA GERAL” E UM PERÍODO DE TRANSIÇÃO

De modo geral, até o momento, esta pesquisa constatou que a principal chave de mudança entre os governos de FHC e os subsequentes foi uma mudança na valorização da herança cultural. Isso se expressa em diversas instâncias do concurso, indo do Guia de Estudos à prova em si. No que tange ao Guia, sua redação passou, por exemplo, a não mais afirmar que o Teste Pré-Seleção (TPS) — nome dado anteriormente às provas de primeira fase — tinha por objetivo avaliar a “experiência de vida dos candidatos”, mas sim a “capacidade de compreensão” deles. Já a prova em si passou por

Gráfico 1 — Distribuições das questões por áreas de conhecimento nas provas objetivas



Fonte: Elaborado pelo autor

¹ Desde 2013 o Instituto Rio Branco parou de publicar um Guia de Estudo oficiais para as provas do CACD.

² Disponível em: <<http://www.institutoriobranco.itamaraty.gov.br/editais-e-guias-de-estudo>> e <<http://www.institutoriobranco.itamaraty.gov.br/arquivos-de-provas-antigas-do-cacd>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

uma queda acentuada nas questões que tinham como cobrança o pressuposto de que o candidato tinha tido contato com alguma obra cultural — artes plásticas, cinema, teatro e, principalmente, literatura —. O resultado do levantamento empírico que demonstra essa queda pode ser observado no *Gráfico 1*.

De todas as diversas áreas cobradas na seção de “Cultura Geral”, a única que permaneceu

Tabela 1 – Tipo de cobrança de literatura

	FHC	Lula	Dilma
Gramatical	1,9%	53,5%	60,8%
Interpretação	5,6%	39,4%	39,2%
Verificação de leitura	92,6%	7,0%	0,0%

Fonte: Elaborado pelo autor

após 2003 foi a cobrança de obras literárias.

Destaca-se que autores como Candido (2000) e Eagleton (1996) já demonstraram uma estreita relação entre a literatura, a política e a consagração de modelos sociais, tese essa reforçada por Bourdieu (2002).

Dessa forma, é interessante uma análise mais minuciosa da transformação passada por essa área que permeia todas as provas. Os levantamentos empíricos permitem constatar que o modo como essa cobrança era realizada se alterou significativamente. Anteriormente, boa parte das questões eram escritas de modo a verificar se o candidato possuía o conhecimento prévio da obra — destacando-se que não havia a indicação de nenhuma lista de livros literários de leitura obrigatória —, como é mostrado pela *Figura 1*. Após os anos de 2003, é possível ver que a cobrança de literatura passa a ocorrer com a disponibilização de textos literários e questões que envolvessem sua interpretação, como no caso da *Figura 2*, ou estruturas técnicas da gramática da língua portuguesa (como concordância, ortografia etc.). Vale destacar que nas raríssimas exceções em que houve a cobrança de algum tipo de leitura prévia de obras literárias, os textos encontravam-se explicitados nos editais como leitura obrigatória para a prova.

Assim, é possível constatar que os anos de 1995 a 2015 representam uma transição nas provas de primeira fase do CACD. Enquanto nos governos FHC foi possível encontrar aproximadamente 100 questões que valorizassem a herança cultural dos candidatos — como é possível observar na *Figura 3* — esse tipo de questão passa a ser praticamente inexistente nos anos seguintes.

Figura 1 — Questão 3 do Teste Pré-Seleção de 1998

3. *Teus olhos são negros, negros,
Como as noites sem luar...
São ardentes, são profundos,
Como o negrume do mar.*

Essa quadra de versos heptassílabos é de autoria de conhecido poeta brasileiro, cujo sesquicentenário de nascimento foi comemorado em 1997 (14 de março). Trata-se de:

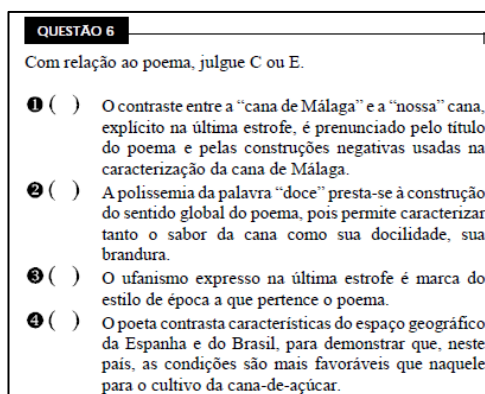
- Olavo Bilac.
- Álvares de Azevedo.
- Castro Alves.
- Casimiro de Abreu.
- Gonçalves Dias.

Fonte: Instituto Rio Branco

O SIGNIFICADO DESSAS MUDANÇAS E UMA DISPUTA PELO CAMPO DO ITAMARATY

Partindo-se da tese proposta por Cheibub (1984), após a criação do Instituto Rio Branco e a democratização jurídica do ingresso à carreira diplomática no Brasil, o Ministério das Relações Exteriores estaria entrando em um período “burocrático-racional”, no qual seus membros seriam escolhidos pelas suas capacidades técnicas. Entretanto, assim como apontado por outros autores, o Itamaraty sempre foi tido como um espaço extremamente elitista, quase que uma seção

Figura 2 — Questão 6 da Prova Objetiva de 2010³



Fonte: Instituto Rio Branco

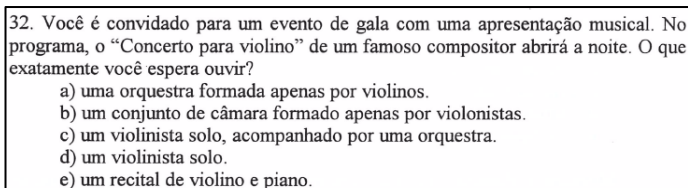
nobiliárquica da burocracia brasileira (MOURA, 2006, 2007; FARIA; LOPES, 2013). Todavia, a maioria dos autores apontam para aspectos antropológicos do convívio diplomático, não analisando com a profundidade necessária os aspectos de ingresso à carreira.

A transição entre os governos de FHC e os governos do Partido dos Trabalhadores significou mais que uma simples mudança de nomes, visto que foi um evento de ascensão de um novo projeto de país nunca antes colocado em voga no plano federal — responsável pela condução das relações internacionais do Brasil — (SINGER, 2012). Desse

modo, considera-se que a alteração das provas expressa um projeto de mudança do jogo de poder presente nos campos da burocracia federal. A disputa pelo poder também se dá, principalmente, no campo das ideias, onde se consagra quais epistemologias são dignas ou não de pertencerem àquele determinado campo (BOURDIEU, 1984). Em outras palavras, a valorização ou não da herança cultural de candidatos também simboliza uma disputa por qual o papel que os portadores dessa herança restrita ocupam nas dinâmicas de poder da burocracia do país.

Desse modo, com a grande expansão no número de vagas no concurso (FARIA; LOPES, 2013) e a alteração nas provas, os governos pós-2003 buscaram alterar de modo significativo os quadros do Itamaraty através de uma maior valorização de um conhecimento mais tecnocrático. A tese proposta por Cheibub mostra-se parcialmente correta, visto que pode-se considerar que a burocracia do Itamaraty, com essa transição, caminharia para uma maior impessoalidade e racionalização. Contudo, acredita-se ser equivocado pensar que a mudança dos aspectos legais de ingresso por si só significaria uma ruptura com as elites que anteriormente dominavam o aparato do Ministério. A racionalização do Estado transposta na prova nada mais seria do que um meio de legitimar legalmente a herança cultural daqueles que historicamente ocupavam o Itamaraty como critério de seleção (BOURDIEU, 2002), algo que se vê questionado com a mudança nas questões da prova, gerando inclusive resistência por parte dos membros que ocupavam aquele espaço anteriormente (MOURA, 2006; SISS; ALMEIDA, 2019).

Figura 3 — Questão 32 do Teste Pré-Seleção de 1997



Fonte: Instituto Rio Branco

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do ingresso daqueles que fazem parte do Ministério das Relações Exteriores pode auxiliar em uma melhor compreensão da formação da burocracia do Estado e da própria formulação

³ O poema mencionado encontrava-se no cabeçalho da questão, sendo suprimido neste trabalho por uma questão de espaço

das relações exteriores do país. Cada vez mais estudos apontam que a origem social dos membros que dirigem a política externa do país é um vetor que pode auxiliar em uma análise mais aprofundada das causas e motivações para a adoção de determinadas estratégias no sistema internacional.

Por conta disso, esse estudo busca se aprofundar nas características das provas de primeira fase em um período de transição entre os governos de Fernando Henrique e Luís Inácio/Dilma Rousseff. Os estudos empíricos demonstram uma mudança significativa entre as provas, havendo uma queda na cobrança de questões que valorizam a herança cultural dos candidatos em detrimento de questões de características mais técnicas. Acredita-se, com marco teórico nas obras de Pierre Bourdieu, que essa alteração simboliza uma opção de alteração deliberada dos quadros do Ministério das Relações Exteriores que reverbera as mudanças dos projetos de país em vigor no período analisado.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. Quelques Propriétés des Champs. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Questions de Sociologie**. França: Minuit, p. 113-121, 1984.
- BOURDIEU, Pierre. A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. *In*: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs.), **Escritos de Educação**. 4ª ed., Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, p. 39-64, 2002.
- BRETAS, Daniel Lopes. **O processo seletivo dos diplomatas brasileiros (1995-2010)**. Tese (Doutorado em Sociologia Política), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.
- CANDIDO Antonio. **Formação da Literatura Brasileira: Momentos Decisivos**. 9 ed., v. 1. São Paulo: Editora Itatiaia, 2000.
- CHEIBUB, Zairo Borges. **Diplomacia, diplomatas e política externa: aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty**. 1984. Dissertação (mestrado) — Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.
- EAGLETON, Terry. **Literary Theory: An Introduction**. 2 ed. Estados Unidos: Blackwell Publishing, 1996.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de; LOPES, Da Wisson Belém; CASARÕES, Guilherme. Itamaraty on the Move: Institutional and Political Change in Brazilian Foreign Service under Lula da Silva's Presidency (2003-2010). **Bulletin of Latin American Research**, v. 32, n. 4, p. 468-482, 2013.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- FREITAS, Luiz Carlos de. Avaliação: para além da forma escola. **Educação** (Rio Claro. Online), v. 20, p. 89-99, 2010.
- FREITAS, Luiz Carlos de. A importância da avaliação: em defesa de uma responsabilização participativa. **Em Aberto**, v. 29, p. 127-140, 2016.
- LIMA, Rodolfo de Camargo; OLIVEIRA, Amâncio Jorge Silva Nunes de. Manutenção e mudanças no Ministério das Relações Exteriores: perfis do corpo diplomático e padrões na carreira. **Revista de Administração Pública**, v. 52, n. 5, p. 797-821, 2018.
- MOURA, Cristina Patriota de. O inglês, o parentesco e o elitismo na Casa de Rio Branco. **Cena Internacional**, ano 8, n. 1, p. 20-34, 2006.
- MOURA, Cristina Patriota de. **O Instituto Rio Branco e a Diplomacia Brasileira: Um estudo da carreira e socialização**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: Reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SISS, Ahyas; ALMEIDA, Viviane da Silva. O poder da branquitude e racismo institucional: percepções sobre o acesso à diplomacia brasileira. **Série-Estudos**, v. 24, n. 50, p. 83-102, 2019.

